



A PROTEÇÃO DO DIREITO DE IMAGEM DA PESSOA JURÍDICA NA INTERNET À LUZ DA RESPONSABILIDADE CIVIL

Bruna Apinagé Fonseca¹; Hudson Bandeira do Nascimento²; Alarico Marques Pereira³

RESUMO: O artigo aborda a proteção do direito de imagem das pessoas jurídicas na internet, considerando a responsabilidade civil como um meio de garantir essa proteção. O direito de imagem é um aspecto relevante para as empresas, que têm sua reputação e marca associadas à sua imagem pública. Na era digital, a facilidade de disseminação de informações e a potencial propagação de conteúdos prejudiciais aumentam a necessidade de um marco jurídico claro e eficiente para a proteção da imagem das empresas. O estudo analisa a legislação brasileira e a jurisprudência relevante, discutindo como a responsabilidade civil pode ser aplicada para responsabilizar aqueles que violam o direito de imagem das pessoas jurídicas. A justificativa para o estudo reside na crescente importância da presença online das pessoas jurídicas e na vulnerabilidade das empresas a ataques que podem prejudicar sua imagem e reputação. Com o advento da internet e das redes sociais, a difusão de informações pode ocorrer de maneira rápida e muitas vezes descontrolada, tornando-se crucial entender como a legislação pode proteger as empresas contra danos à sua imagem. A proteção do direito de imagem não é apenas uma questão de justiça para as empresas, mas também um fator essencial para o funcionamento saudável do mercado e a confiança dos consumidores. O principal objetivo do artigo é analisar a proteção do direito de imagem das pessoas jurídicas na internet sob a perspectiva da responsabilidade civil. Especificamente, busca-se entender como a legislação brasileira atual aborda essa questão, identificar as lacunas existentes e sugerir possíveis melhorias para garantir uma proteção mais eficaz. O estudo também visa explorar a jurisprudência dos tribunais brasileiros para entender como os princípios de responsabilidade civil têm sido aplicados em casos concretos envolvendo a violação da imagem das empresas. A metodologia empregada no artigo é predominantemente qualitativa e consiste em uma revisão bibliográfica e documental. O estudo examina a

¹ Acadêmico do 7º período do Curso de Direito da Faculdade de Itaituba. E-mail: apinagesbruna@gmail.com

² Acadêmico do 7º período do Curso de Direito da Faculdade de Itaituba. E-mail: hudson13bandeira@gmail.com

³ Orientador: Professor da Faculdade de Itaituba. E-mail: prof.alaricomp@gmail.com



Faculdade de Itaituba – FAI
V Semana de Iniciação Científica da Faculdade de Itaituba – SICFAI 2024
04 a 06 de junho de 2024
Itaituba – Pará – Brasil

legislação brasileira relevante, incluindo o Código Civil, o Marco Civil da Internet e outras normativas que tratam da responsabilidade civil e da proteção da imagem. Além disso, são analisadas decisões judiciais de tribunais brasileiros que abordam a questão da violação da imagem das pessoas jurídicas na internet. A análise jurisprudencial permite identificar padrões e tendências no entendimento dos tribunais sobre o tema. Os resultados do estudo indicam que, embora exista uma base legal para a proteção do direito de imagem das pessoas jurídicas, a aplicação prática ainda enfrenta desafios significativos. A jurisprudência tem se mostrado variada e, muitas vezes, insuficiente para lidar com as complexidades do ambiente digital. O artigo destaca a necessidade de um aprimoramento legislativo e jurisprudencial, sugerindo uma maior clareza nas normas e uma adaptação mais efetiva às realidades da internet. Conclui-se que a responsabilidade civil é um instrumento crucial, mas que precisa ser melhorado para oferecer uma proteção mais robusta e eficaz às pessoas jurídicas.

Palavras-chave: Direito de Imagem, Pessoa Jurídica, Internet, Responsabilidade Civil.